

Marco Antonio de Barros

PROCESSO PENAL

DA INVESTIGAÇÃO ATÉ A SENTENÇA

**Atualizada até a Lei 13.974/2020 incluindo a
Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime)**

2ª Edição – Revista e Ampliada

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-075-1

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Barros, Marco Antonio de.

B277 Processo penal: da investigação até a sentença./

Marco Antonio de Barros./ 2ª Edição - Curitiba: Juruá, 2020.
664 p.

1. Processo penal. 2. Investigação criminal. I. Título.

CDD 345.05 (22.ed)

CDU 343.1

000051

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	21
Capítulo 1 – INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL.....	23
1.1 PERSECUÇÃO PENAL.....	23
1.2 SÍNTESE HISTÓRICA DO PROCESSO PENAL.....	24
1.2.1 Primórdios do Direito Processual Penal.....	24
1.2.2 Raízes Jurídicas Lusitanas Plantadas em Nosso Direito.....	27
1.2.3 Reminiscências do Processo Criminal Pós-Independência do Brasil.....	31
1.3 SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIIS (Acusatório, Inquisitivo e Misto).....	37
1.4 “LEI ANTICRIME” E O SISTEMA PROCESSUAL PENAL ACUSATÓRIO.....	41
1.5 PRINCÍPIOS QUE EMERGEM DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL.....	43
1.5.1 Princípio da Obrigatoriedade da Persecução Penal.....	43
1.5.2 Princípio da Iniciativa das Partes.....	44
1.5.3 Princípio da Oficialidade.....	44
1.5.4 Princípio do Impulso Oficial.....	45
1.6 DISTINÇÃO ENTRE LEI PENAL E LEI PROCESSUAL PENAL.....	45
1.7 FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	46
1.8 INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....	47
1.9 EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO.....	49
1.10 EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO.....	50
Capítulo 2 – DIREITO PROCESSUAL PENAL CONSTITUCIONAL.....	51
2.1 PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	52
2.2 PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	53
2.3 PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA.....	55
2.4 PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	56
2.5 PRINCÍPIO DA PREDOMINÂNCIA DA LIBERDADE DO ACUSADO.....	63
2.6 PRINCÍPIO DA INVIOABILIDADE DE BENS PERSONALÍSSIMOS.....	64
2.6.1 Inviolabilidade da Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem.....	64
2.6.2 Inviolabilidade da Casa.....	66
2.6.3 Inviolabilidade do Sigilo de Determinadas Comunicações.....	68
2.7 PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO À DIGNIDADE HUMANA.....	68
2.8 PRINCÍPIO QUE GARANTE AO ACUSADO O DIREITO DE PERMANECER CALADO.....	70
2.9 PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL.....	70
2.9.1 Princípio da Identidade Física do Juiz.....	72
2.10 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DO PROCESSO.....	72
2.11 PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	74
2.12 PRINCÍPIO DA INTRANSCENDÊNCIA SUBJETIVA DA SANÇÃO PENAL.....	74
2.13 PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DO <i>FAVOR REI</i>	75

2.14	PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROVA OBTIDA POR MEIO ILÍCITO.....	76
2.15	PRINCÍPIO DO PRAZO RAZOÁVEL DO PROCESSO	76
2.16	PRINCÍPIOS DERIVADOS DE TRATADOS INTERNACIONAIS	79
2.16.1	Princípio Negativo da Autoincriminação.....	80
2.16.2	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	81
2.16.3	Princípio do <i>Ne Bis In Idem</i>	82
2.17	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	83
Capítulo 3 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL		89
3.1	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	89
3.2	ÓRGÃOS INCUMBIDOS DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	91
3.2.1	Polícias Judiciárias (Polícias Civas).....	92
3.2.2	Polícia Federal e suas Atribuições.....	93
3.2.3	Polícia Rodoviária Federal	96
3.2.4	Polícia Técnico-Científica.....	97
3.2.5	Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.....	98
3.2.6	Polícias Penais: Federal, Estaduais e Distrital	98
3.2.7	Força Nacional de Segurança Pública	98
3.2.8	Investigação Impulsionada pela Tecnologia.....	100
3.2.9	Infoseg: Rede de Integração Nacional de Informações.....	104
3.2.10	Ômega: Sistema Eletrônico Paulista de Armazenamento de Dados	105
3.2.11	Phoenix: Banco de Dados de Identificação dos Indiciados.....	106
3.2.12	Infocrim e Fotocrim: Serviço de Inteligência da Polícia Militar.....	106
3.2.13	Sinesp: Sistema Nacional de Informações para Políticas Públicas	107
3.3	<i>NOTITIA CRIMINIS</i>	107
3.3.1	Auto de Prisão em Flagrante Delito.....	108
3.3.2	Boletim de Ocorrência (BO).....	108
3.3.3	Boletim Eletrônico de Ocorrência Policial (BEOP).....	109
3.3.4	Registro Digital de Ocorrência (RDO).....	110
3.3.5	Disque Denúncia e Informações Anônimas.....	110
3.3.6	Denúncias Incentivadas pela Recompensa	112
3.3.7	Comunicação Médica Compulsória.....	114
3.4	IMUNIDADES INVESTIGATIVAS E PROCESSUAIS.....	114
3.4.1	Imunidades Diplomáticas	115
3.4.2	Imunidades Outorgadas ao Presidente da República	116
3.4.3	Imunidades dos Membros do Poder Legislativo e de Outras Autoridades	117
3.4.4	Imunidade Criminal dos Menores de 18 Anos de Idade	119
3.5	INQUÉRITO POLICIAL E SEUS CARACTERES	120
3.5.1	Instauração, Requisição e Representação	121
3.5.2	Natureza Jurídica	122
3.5.3	Finalidade	122
3.5.4	Presidência dos Atos Investigativos	122
3.5.5	Neutralidade da Presidência	123
3.5.6	Portaria de Abertura	123
3.5.7	Prazos	124
3.5.8	Atos da Autoridade Policial e Diligências Investigativas	126
3.5.9	Comparecimento do Agente Policial ao Local, sua Preservação e a Apreensão de Coisas.....	127
3.5.10	Diligências que Dependem de Prévia Autorização do Juiz Competente....	129
3.5.11	Providências Especiais Autorizadas na Apuração de Determinados Crimes	130

3.5.12	Atribuições do Delegado em Casos de Violência Doméstica e Familiar ...	131
3.5.13	Crimes de Abuso de Autoridade que Podem Ser Imputados ao Delegado ou Agente Policial	133
3.5.14	Infiltração de Agente Policial em Tarefas de Investigação	136
3.5.15	Infiltração de Agente Policial em Sistemas Virtuais	139
3.5.16	Identificação Civil e Identificação Criminal do Investigado	141
3.5.17	Indiciamento Formal do Investigado	142
3.5.18	Identificação Criminal do Infrator: Papioscopia, Digital Automatizada e Biométrica	144
3.5.19	Identificação por Meio de Exame de DNA e os Bancos Nacionais de Perfis Genéticos, Multibiométrico e de Impressões Digitais	146
3.5.20	Identificação do Internauta Criminoso	149
3.5.21	Colheita de Depoimentos, Interrogatório do Investigado e a Presença do Defensor nos Depoimentos	152
3.5.22	Valor Probante do Inquérito	155
3.5.23	Relatório Final	156
3.5.24	MP e as Providências Após o Relatório do Inquérito Policial	156
3.5.25	Arquivamento e Desarquivamento	157
3.5.26	Arquivamento do Inquérito Policial e seu Novo Regramento	159
3.6	EFEITOS DO SIGILO E DO SEGREDO PRODUZIDOS NA INVESTIGAÇÃO	159
3.6.1	Sigilo do Inquérito e o Acesso do Defensor aos Autos	160
3.6.2	Sigilo do Inquérito Previsto na Lei Processual Penal Comum	161
3.6.3	Sigilo das Investigações de Crimes Praticados por Organização Criminosa	163
3.6.4	Difusão do Sigilo Profissional	164
3.6.5	Sigilo Profissional do Advogado	165
3.6.6	Sigilo Profissional do Juiz, do Órgão do MP e da Autoridade Policial	167
3.6.7	Sigilo Profissional do Médico	168
3.6.8	Sigilo Profissional do Jornalista	170
3.7	TERMO CIRCUNSTANCIADO	173
3.7.1	Termo Circunstanciado Eletrônico	173
3.8	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)	174
3.9	INVESTIGAÇÃO “DEFENSIVA” E DETETIVE PARTICULAR	177
3.10	PROGRAMAS INVESTIGATIVOS DE <i>COMPLIANCE</i>	178
3.11	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL PRESIDIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	179
Capítulo 4 – JURISDIÇÃO PENAL		181
4.1	JURISDIÇÃO PENAL E JUÍZO COMPETENTE	181
4.2	COMPETÊNCIA CRIMINAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	182
4.3	COMPETÊNCIA CRIMINAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	183
4.4	COMPETÊNCIA CRIMINAL DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS	184
4.5	COMPETÊNCIA DOS JUÍZES CRIMINAIS FEDERAIS	185
4.6	COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA MILITAR	188
4.7	COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA ELEITORAL	193
4.8	COMPETÊNCIA CRIMINAL DOS TRIBUNAIS E JUÍZES ESTADUAIS	194
4.9	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL – JECRIM	196
4.9.1	Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	196
4.10	COMPETÊNCIA DO JUÍZO CRIMINAL FIXADA PELO LUGAR DA INFRAÇÃO	196

6.3	PROCEDIMENTO PENAL COMUM SUMÁRIO	262
6.4	PROCEDIMENTO PENAL COMUM SUMARÍSSIMO	263
6.4.1	Fase Preliminar do Procedimento	263
6.4.2	Fase Conclusiva do Procedimento Sumaríssimo	267
6.5	PROCEDIMENTOS PENAIIS ESPECIAIS	267
6.5.1	Procedimento Especial Estabelecido pela Lei Antidrogas	268
6.5.2	Disposições Especiais nos Crimes de Organização Criminosa e de Lavagem de Capitais	268
6.5.3	Procedimento Especial nos Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos	273
6.5.4	Procedimento Especial nos Crimes Contra a Honra	274
6.5.5	Regramento Especial nos Crimes Contra a Propriedade Imaterial	276
6.5.6	Procedimento Preliminar nos Chamados Crimes Falimentares	276
6.5.7	Regras Aplicáveis nos Crimes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	276
6.5.8	Procedimento Aplicável em Ação Penal de Competência Originária dos Tribunais	278
6.5.9	Procedimento nos Crimes de Responsabilidade	280
6.6	PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	280
6.6.1	Procedimento Bifásico	281
6.6.2	Decisões que Encerram a Primeira Fase do Procedimento	281
6.6.3	Preparação do Processo para Julgamento em Plenário	284
6.6.4	Audiência de Instrução em Plenário e Julgamento pelo Conselho de Jurados	284
6.6.5	É Constitucional, ou não, a Execução Imediata da Pena Aplicada ao Réu Condenado pelo Tribunal do Júri?	290
6.7	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	291
6.8	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	293
6.8.1	Legalização do Acordo de Não Persecução Penal	295
6.9	REGRAMENTO DOS PRAZOS PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS	298
Capítulo 7	FASE POSTULATÓRIA DA AÇÃO PENAL	301
7.1	FASES DO PROCESSO PENAL	301
7.2	MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL	303
7.3	REQUISITOS FORMAIS DA DENÚNCIA OU DA QUEIXA	304
7.4	PRAZOS DA DENÚNCIA	306
7.5	REJEIÇÃO DA DENÚNCIA	306
7.5.1	Inépcia da Peça Acusatória	307
7.5.2	Pressupostos Processuais: Subjetivos e Objetivos	307
7.5.3	Condições Gerais da Ação Penal	308
7.5.4	Ausência de Justa Causa para a Ação Penal	309
7.6	CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO RÉU	310
7.6.1	Citação Pessoal	311
7.6.2	Conteúdo e Requisitos do Mandado de Citação	311
7.6.3	Citação por Cartas Precatórias, Rogatória e de Ordem	311
7.6.4	Citação com Hora Certa	312
7.6.5	Citação por Edital	313
7.6.6	Revelia e Suspensão do Processo de Réu Citado por Edital	313
7.6.7	Citação e Intimação em Infração de Menor Potencial Ofensivo	315

7.6.8	Citação e Intimação por Meio de Videoconferência.....	316
7.7	INTIMAÇÃO DO ACUSADO E DOS DEMAIS SUJEITOS DO PROCESSO...	316
7.7.1	Intimação pelo <i>Whatsapp</i>	317
7.8	RESPOSTA DO RÉU.....	317
7.9	DEFESA DESENVOLVIDA POR MEIO DE EXCEÇÕES	318
7.9.1	Exceção de Suspeição ou de Impedimento do Julgador	318
7.9.2	Exceção de Incompetência do Juízo	320
7.9.3	Exceções de Litispendência, Ilegitimidade de Parte e de Coisa Julgada.....	320
7.10	QUESTÃO PREJUDICIAL.....	321
7.11	PRISÃO E LIBERDADE DO INVESTIGADO OU ACUSADO	322
7.12	GARANTIAS E DIREITOS IMEDIATOS ASSEGURADOS AO PRESO COMUM.....	324
7.13	RECOLHIMENTO DE INFRATORES EM PRESÍDIO ESPECIAL	326
7.14	PRISÃO ESPECIAL PARA ADVOGADO	327
7.15	MANDADO DE PRISÃO: CARACTERES E CUMPRIMENTO	328
7.16	PRISÃO EM FLAGRANTE.....	329
7.16.1	Caracterização de Flagrante Delito.....	330
7.16.2	Flagrante em Infração de Menor Potencial Ofensivo e de Violência Doméstica.....	331
7.16.3	Ação Controlada e a Prisão em Flagrante.....	331
7.16.4	Auto de Prisão em Flagrante	333
7.16.5	Flagrantes: Preparado, Forjado, Esperado e Retardado	334
7.17	AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	335
7.18	PRISÃO TEMPORÁRIA	338
7.19	PRISÃO DOMICILIAR	339
7.20	MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS DA PRISÃO PREVENTIVA....	342
7.21	PRISÃO PREVENTIVA	342
7.22	LIBERDADE PROVISÓRIA COM E SEM FIANÇA.....	350
7.22.1	Alvará de Soltura.....	351
7.23	VALOR DA FIANÇA	352
7.24	CRIMES INAFIANÇÁVEIS (HEDIONDOS E OUTROS).....	353
7.25	CAUSAS DE QUEBRA E DE CASSAÇÃO DA FIANÇA	355
7.26	HABEAS CORPUS.....	355
7.26.1	Preceitos Legais Definidores do <i>Habeas Corpus</i>	356
7.26.2	Natureza Jurídica e Amplitude	356
7.26.3	Impetrante, Paciente e Autoridade Coatora	358
7.26.4	Liminar e Salvo-conduto em HC Preventivo e em HC Liberatório.....	360
7.26.5	<i>Habeas Corpus</i> Contra Coação Ilegal	360
7.26.6	Impetração de HC Por Falta de Justa Causa	361
7.26.7	HC por Excesso de Prazo	362
7.26.8	HC Contra a Incompetência do Juízo que Ordenar a Prisão.....	364
7.26.9	HC por ter Cessado o Motivo que Autorizou a Prisão.....	365
7.26.10	HC Contra Recusa Indevida da Fiança.....	365
7.26.11	HC por Conter o Processo Nulidade	365
7.26.12	HC por Estar Extinta a Punibilidade	366
7.26.13	<i>Habeas Corpus</i> e Abuso de Autoridade.....	367
7.26.14	Conteúdo da Petição de <i>Habeas Corpus</i>	368
7.26.15	Rito Procedimental e Liminar Concessiva do <i>Habeas Corpus</i>	369

Capítulo 8 – FASE INSTRUTÓRIA DO PROCESSO PENAL	373
8.1 PODER GERAL DE CAUTELA DO MAGISTRADO	374
8.1.1 Medidas Judiciais Cautelares Instrutórias e Assecuratórias.....	375
8.1.2 Quebra do Sigilo Bancário e Financeiro.....	377
8.1.3 Busca e Apreensão de Bens e Busca Pessoal.....	381
8.1.4 Busca e Apreensão em Escritório de Advocacia	386
8.1.5 Interceptação Telefônica e Telemática	389
8.1.6 Captação Ambiental de Sinais Eletromagnéticos, Ópticos ou Acústicos.....	394
8.1.7 Prova Tecnológica e a Necessidade de Autorização Judicial.....	396
8.1.8 Dados Pessoais Sensíveis e Liberados e a Proteção Constitucional.....	398
8.1.9 Interceptação de Dados em Sistema Telemático.....	400
8.1.10 Apreensão de Dados Com ou Sem Autorização Judicial	403
8.1.11 Licitude e Ilícitude da Prova Colhida de Celular e <i>WhatsApp</i>	405
8.1.12 Sequestro, Arresto e Hipoteca Legal.....	409
8.1.13 Utilização de Bens Por Órgãos Públicos e o Pedido de Restituição.....	412
8.1.14 Nomeação de Depositário ou Administrador dos Bens Retidos.....	416
8.1.15 Leilão de Bens Constritos.....	419
8.1.16 Confisco de Bens.....	423
8.1.17 Quebra do Sigilo da Correspondência e das Comunicações Telegráficas	424
8.2 INSTRUÇÃO PROBATÓRIA E SUA RELEVÂNCIA NO PROCESSO PENAL.....	426
8.3 PROVAS E O DESCOBRIMENTO DA VERDADE NO PROCESSO PENAL.....	427
8.3.1 A Verdade em Termos Filosóficos e Jurídicos.....	427
8.3.2 Unicidade da Verdade	428
8.3.3 Busca da Verdade e o seu Ajuste ao Direito.....	429
8.3.4 Verdade e a Finalidade do Processo Criminal	430
8.3.5 Verdade Material e Verdade Formal.....	431
8.3.6 Verdade Material e Verdade Formal Aplicadas nos Processos Civil e Criminal.....	433
8.3.7 Verdade Processual e as Restrições à Iniciativa Probatória do Juiz Ditadas pela “Lei Anticrime”	435
8.3.8 Limitações ao Descobrimto da Verdade no Segundo Grau de Jurisdição	438
8.4 LEGALIDADE E LIBERDADE DA PROVA	439
8.5 PROIBIÇÃO DA PROVA ILÍCITA	440
8.5.1 Prova Ilícita por Derivação.....	442
8.5.2 Desentranhamento da Prova Ilícita e Afastamento do Julgador	443
8.5.3 Aplicação do Princípio da Proporcionalidade.....	444
8.6 OBJETO DA PROVA.....	445
8.7 ÔNUS DA PROVA.....	446
8.8 DESNECESSIDADE DA PROVA	447
8.8.1 Fatos Evidentes, Axiomáticos, Notórios e Direito Normativo	447
8.8.2 Presunções Legais de Veracidade	448
8.9 MOMENTOS PROBATÓRIOS.....	449
8.10 COMUNHÃO DAS PROVAS	450
8.11 MEIOS DE PROVA.....	451
8.11.1 Exame de Corpo de Delito.....	451
8.11.2 Cadeia de Custódia das Provas Periciais.....	452
8.12 PROVA PERICIAL E SUA NECESSIDADE.....	455
8.12.1 Perícia: Prova da Materialidade e Prova da Autoria	455

8.12.2	Perito e sua Atuação na Investigação Criminal	458
8.12.3	Quesitos e Laudo Pericial	459
8.12.4	Exames Necroscópico e de Exumação	461
8.12.5	Exame de Lesões Corporais	462
8.12.6	Exame Laboratorial e DNA	463
8.12.7	Exame de Alcoolemia (<i>Bafômetro</i>) e Provas Especiais em Crimes de Trânsito	467
8.12.8	Exame de Instrumentos, Coisas, Avaliação e Teoria da Insignificância	469
8.12.9	Exame Grafotécnico	470
8.13	RECONHECIMENTO DE PESSOA OU COISA	471
8.14	PROVA DOCUMENTAL	473
8.14.1	Autenticidade do Documento e o Incidente de Falsidade Documental	474
8.14.2	Prova Emprestada	474
8.14.3	Compartilhamento de Informações e de Elementos de Prova entre Órgãos Públicos	476
8.14.4	Prova Psicografada	478
8.15	DOCUMENTO ELETRÔNICO E ATA NOTARIAL	479
8.15.1	Entraves Enfrentados na Obtenção da Prova Documental Tecnológica	480
8.15.2	Ata Notarial Utilizada como Meio de Prova no Processo Penal	482
8.16	PROVA ORAL	484
8.16.1	Intérprete e Tradutor	484
8.17	OFENDIDO E A VALORAÇÃO PROBATÓRIA DE SUAS DECLARAÇÕES	485
8.17.1	Proteção à Vítima Ameaçada	486
8.17.2	Sistema Protetivo Especial da Vítima de Violência Doméstica	487
8.17.3	Oitiva do Ofendido sem o Compromisso de Dizer a Verdade	487
8.17.4	Ofendido na Condição de Querelante e seu Compromisso com a Verdade	488
8.17.5	Outras Disposições Sobre o Ofendido	489
8.17.6	Condução Coercitiva do Ofendido	490
8.18	PROVA TESTEMUNHAL	491
8.18.1	Eficácia ou Ineficácia da Prova Testemunhal	492
8.18.2	Número de Testemunhas que Podem ser Arroladas	492
8.18.3	Compromisso de Dizer a Verdade	493
8.18.4	Condução Coercitiva de Testemunha e quem Não é Obrigado a Testemunhar	495
8.18.5	Tratamento Especial Concedido a Depoentes que são Autoridades	496
8.18.6	Incomunicabilidade e Ordem de Inquirição das Testemunhas	497
8.18.7	Contradita	497
8.18.8	Sistema Presidencial de Inquirição e Exame Direto Efetuado pelas Partes	497
8.18.9	Confrontação da Prova Testemunhal Pelo Réu	499
8.18.10	Objetividade do Depoimento Testemunhal	500
8.18.11	Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas Ameaçadas	501
8.18.12	Depoimento Especial de Criança ou Adolescente	502
8.18.13	Acareação	504
8.18.14	Depoimento Colhido por Carta Precatória e por Carta Rogatória	504
8.18.15	Depoimentos Colhidos por Videoconferência e seus Requisitos de Validade	505
8.19	INTERROGATÓRIO DO ACUSADO	508
8.19.1	Natureza Jurídica do Interrogatório	509
8.19.2	Interrogatório na Sede do Juízo ou Por Videoconferência	509

8.19.3	Momento e Obrigatoriedade da Realização do Interrogatório.....	511
8.19.4	Interrogatório do Réu e as Delimitações do Ato Processual	512
8.19.5	Comportamento do Acusado Durante o Interrogatório.....	513
8.19.6	Direção do Interrogatório Feita pelo Juiz.....	514
8.19.7	Presença Obrigatória do Defensor Durante o Interrogatório.....	514
8.19.8	Divisão do Interrogatório em Duas Partes.....	515
8.19.9	Incidente de Insanidade Mental do Acusado.....	515
8.20	CONFISSÃO.....	517
8.21	COLABORAÇÃO PREMIADA.....	519
8.21.1	Rol Cronológico de Leis que Admitem a Colaboração Premiada.....	520
8.21.2	Caracteres do Acordo de Colaboração Premiada.....	521
8.21.3	Participantes da Proposta do Acordo de Colaboração Premiada.....	522
8.21.4	Direitos do Colaborador e os Efeitos da Expectativa da Realização do Acordo.....	524
8.21.5	Preparativos da Elaboração Formal de Proposta do Acordo.....	525
8.21.6	Apresentação da Proposta de Acordo ao Juízo Competente e o Sigilo de Sua Tramitação.....	526
8.21.7	Homologação Judicial do Acordo.....	527
8.21.8	Denúncia: Suspensão do Prazo Para o Oferecimento e o Não Oferecimento.....	528
8.21.9	Requisitos Necessários Para a Concessão de Perdão, Redução ou Substituição da Pena.....	529
8.21.10	Descumprimento do Acordo e o Restabelecimento da Prisão Preventiva.....	531
8.21.11	Compartilhamento dos Termos do Acordo de Colaboração Premiada.....	532
8.21.12	Impugnação do Acordo por Terceiros.....	532
8.21.13	Acordos de Leniência.....	533
8.22	INDÍCIOS.....	533
8.23	PROVAS OBTIDAS MEDIANTE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	534
8.23.1	Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.....	535
8.23.2	Acordos Internacionais Multilaterais, Bilaterais e Leis Nacionais.....	536
8.23.3	Cooperação Internacional Ativa, Passiva ou Espontânea.....	538
8.23.4	Formalidades e Pressupostos do Pedido de Cooperação Jurídica Penal.....	539
8.23.5	Informações e Meios de Prova que Podem ser Solicitados.....	541
8.23.6	Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf.....	542
8.23.7	Carta Rogatória, Juízo de Delibação e Auxílio Direto.....	543
8.23.8	Pedido de Extradicação.....	546
8.23.9	Antiterrorismo: Disposições Especiais Previstas em Leis.....	547
Capítulo 9 – NULIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS.....		551
9.1	TIPICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	551
9.1.1	Princípios e Disposições Legais que Regem as Nulidades no Processo Penal.....	551
9.1.2	Ato Nulo e Ato Anulável.....	552
9.1.3	Ato Nulo Não se Confunde com a Inexistência do Ato.....	552
9.1.4	Objeto da Nulidade.....	553
9.1.5	Natureza Jurídica da Nulidade.....	553
9.1.6	Arguição Formal da Nulidade.....	553
9.1.7	Quem Pode Arguir a Existência de Nulidade.....	553
9.1.8	Nulidade e Lealdade Processual.....	553

9.1.9	Interesse na Declaração Judicial de Nulidade.....	554
9.1.10	Legalidade das Formas e a Necessidade da Declaração Judicial de Nulidade.....	554
9.1.11	Princípio do Prejuízo	555
9.1.12	Nulidade e Mera Irregularidade do Ato Processual	555
9.1.13	Princípio da Instrumentalidade das Formas.....	556
9.1.14	Princípio da Convalidação dos Atos Sanáveis.....	556
9.1.15	Princípio da Causalidade ou da Nulidade Derivada.....	556
9.1.16	Incerteza da Resolução Judicial	557
9.2	NULIDADE ABSOLUTA	557
9.2.1	Atos do Magistrado que Ferem o Princípio do Juiz Natural	558
9.2.2	Ilegitimidade da Parte.....	558
9.2.3	Citação Irregular do Réu.....	559
9.2.4	Não Realização do Interrogatório do Réu	559
9.2.5	Interrogatório Realizado sem a Presença do Defensor.....	559
9.2.6	Nulidade da Sentença e de Atos do Inquérito Policial	560
9.3	NULIDADE RELATIVA	560
9.3.1	Atos Processuais Sanáveis.....	561
9.3.2	Nulidade Ocorrida Durante a Audiência	561
9.3.3	Incompetência Territorial do Juízo	561
9.3.4	Irregularidade na Representação Formal da Parte	562
9.3.5	Nulidade e o Descobrimto da Verdade.....	562
9.3.6	Nulidade e Coisa Julgada.....	562
9.3.7	Deficiência Técnica do Defensor	563
9.4	MOMENTOS DE ARGUIÇÃO DA NULIDADE	563
9.4.1	Arguição de Nulidade Absoluta.....	563
9.4.2	Arguição de Nulidade Relativa.....	563
9.5	NULIDADES DO PROCESSO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	564
Capítulo 10 – FASE DECISÓRIA DO PROCESSO PENAL		567
10.1	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	567
10.1.1	Registro Tecnológico da Audiência	568
10.1.2	Audiência Unificada, Audiência Complementar e seu Ritual	570
10.1.3	Alegações Finais Orais em Audiência	571
10.1.4	Ordem Sucessiva de Apresentação das Alegações Finais entre Corréus Delatores e Delatados	572
10.2	SISTEMAS DE VALORAÇÃO DA PROVA NO PROCESSO PENAL.....	576
10.2.1	Sistema das Ordálias ou “Juízos de Deus”	577
10.2.2	Sistema da Íntima Convicção do Juiz.....	578
10.2.3	Sistema da Prova Legal	579
10.2.4	Sistema da Persuasão Racional	579
10.2.5	Crterios Legais do Sistema da Persuasão Racional.....	580
10.3	DECISÕES PENAIS.....	582
10.3.1	Decisões Interlocutórias	583
10.4	SENTENÇA	583
10.4.1	Requisitos Formais da Sentença	584
10.4.2	Relatório da Sentença.....	584
10.4.3	Fundamentação da Sentença.....	585
10.4.4	Parte Dispositiva e Assinatura do Juiz	587
10.5	TEORIA DA CONGRUÊNCIA OU DA CORRELAÇÃO.....	587
10.5.1	Correção da Capitulação Feita pelo Juiz (<i>Emendatio Libelli</i>).....	588

10.5.2	Aditamento da Denúncia (<i>Mutatio Libelli</i>).....	589
10.5.3	Aplicação do Princípio da Congruência no Tribunal do Júri.....	591
10.6	SENTENÇA PENAL ABSOLUTÓRIA.....	591
10.6.1	Inexistência do Fato.....	591
10.6.2	Inexistência de Prova da Ocorrência do Fato.....	591
10.6.3	Atipicidade do Fato e Princípio da Insignificância.....	591
10.6.4	Álibi Perfeito.....	593
10.6.5	Inexistência de Prova Cabal da Participação do Acusado no Crime.....	593
10.6.6	Existência de Circunstâncias que Excluem o Crime.....	593
10.6.7	Aspectos da Sentença em Estado de Necessidade e Legítima Defesa.....	594
10.6.8	<i>In Dubio Pro Reo</i>	594
10.6.9	Absolvição Sumária: Excludentes e Prescrição.....	595
10.6.10	Extinção da Punibilidade pela Ocorrência da Prescrição.....	596
10.6.11	Efeitos Decorrentes da Sentença Absolutória.....	598
10.6.12	Sentença Absolutória Imprópria.....	599
10.6.13	Perdão Judicial.....	600
10.7	SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA.....	600
10.7.1	Caracteres Gerais das Sanções Penais.....	601
10.7.2	Penas Privativas de Liberdade: Fixação da Sanção e a Forma Progressiva de Cumprimento da Pena.....	601
10.7.3	Regras do Regime Fechado e do Regime Disciplinar Diferenciado.....	603
10.7.4	Tempo Máximo de Cumprimento das Penas Privativas de Liberdade.....	607
10.7.5	Regras do Regime Semiaberto.....	607
10.7.6	Regras do Regime Aberto.....	608
10.7.7	Regime Especial Para as Mulheres.....	608
10.7.8	Superveniência de Doença Mental.....	608
10.7.9	Detração Penal.....	608
10.7.10	Penas Restritivas de Direitos e Suas Características.....	609
10.7.11	Pena de Multa.....	610
10.8	ASPECTOS PROCESSUAIS DA SENTENÇA CONDENATÓRIA.....	611
10.8.1	Agravantes, Reincidência e Gravidade Abstrata do Delito.....	611
10.8.2	Atenuantes.....	614
10.8.3	Fixação e Aplicação da Pena.....	615
10.8.4	Fixação de Valor Mínimo da Reparação dos Danos.....	620
10.8.5	Prisão do Réu e o Direito de Recorrer em Liberdade.....	621
10.8.6	Efeitos da Sentença Penal Condenatória Irrecorrível.....	623
10.8.7	Sentença Condenatória: Tribunal do Júri.....	627
10.8.8	Suspensão Condicional da Execução da Pena- (<i>Sursis</i>) e Livramento Condicional.....	628
10.9	PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DA SENTENÇA.....	630
10.10	COISA JULGADA.....	630
10.11	REVISÃO CRIMINAL.....	632
10.11.1	Revisão <i>Pro Reo</i> e Revisão <i>Pro Societate</i>	632
	REFERÊNCIAS.....	635
	ÍNDICE REMISSIVO.....	641